

EDUCAÇÃO EM REGIÕES DE FRONTEIRA: IMPLICAÇÕES CULTURAIS, LINGUÍSTICAS, PEDAGÓGICAS E INSTITUCIONAIS NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

EDUCATION IN BORDER REGIONS: CULTURAL, LINGUISTIC, PEDAGOGICAL, AND INSTITUTIONAL IMPLICATIONS IN THE CONSTRUCTION OF AN INCLUSIVE SCHOOL

Kerollaynny da Silva dos Prazeres¹
Lorrayne Irene Diniz Ferreira²

RESUMO

A presente pesquisa aborda as implicações da educação em escolas de fronteira diante da diversidade cultural e linguística presente nesses territórios, considerando os desafios e possibilidades relacionados à construção de uma escola inclusiva. O estudo parte da compreensão de que as regiões fronteiriças constituem espaços marcados pela convivência entre diferentes culturas, identidades, línguas e formas de organização social, exigindo práticas educativas capazes de reconhecer e valorizar essa pluralidade. O objetivo geral consiste em analisar os aspectos culturais, linguísticos, pedagógicos e institucionais que influenciam o processo educativo em escolas localizadas em regiões de fronteira. Para o desenvolvimento da pesquisa, utiliza-se uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, realizada a partir da análise de produções científicas encontradas por meio do Google Acadêmico, considerando estudos publicados entre os anos de 2019 e 2026. A pesquisa fundamenta-se na análise de artigos científicos, dissertações e teses relacionadas à educação fronteiriça, diversidade cultural, bilinguismo, acolhimento linguístico, práticas pedagógicas inclusivas e políticas educacionais. Os resultados demonstram que as escolas de fronteira enfrentam desafios relacionados à valorização das diferentes culturas, ao atendimento de estudantes com repertórios linguísticos diversos, à formação docente e à necessidade de políticas institucionais adequadas às especificidades desses territórios. Verifica-se que a construção de uma escola inclusiva depende de práticas pedagógicas interculturais, do reconhecimento das identidades dos estudantes e do desenvolvimento de ações coletivas envolvendo gestores, professores, famílias e comunidade. Conclui-se que a educação em regiões de fronteira necessita superar modelos homogêneos de ensino e promover uma formação baseada no respeito às diferenças, garantindo o direito à

1 Acadêmica do curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola – EAD, Campus Boa Vista E-mail: kerollaynny59@gmail.com.

2 Acadêmica do curso de Licenciatura em Letras com Habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Espanhola – EAD, Campus Boa Vista. E-mail: lorrednz@gmail.com

aprendizagem e fortalecendo a participação de todos os estudantes no ambiente escolar.

Palavras-chave: educação fronteiriça; diversidade cultural; diversidade linguística; inclusão escolar; práticas pedagógicas.

ABSTRACT

This research addresses the implications of education in border schools in the face of the cultural and linguistic diversity present in these territories, considering the challenges and possibilities related to the construction of an inclusive school. The study is based on the understanding that border regions constitute spaces marked by the coexistence of different cultures, identities, languages, and forms of social organization, requiring educational practices capable of recognizing and valuing this plurality. The general objective is to analyze the cultural, linguistic, pedagogical, and institutional aspects that influence the educational process in schools located in border regions. To develop the research, a qualitative approach with a bibliographic nature is used, based on the analysis of scientific productions found through Google Scholar, considering studies published between 2019 and 2026. The research is based on the analysis of scientific articles, dissertations, and theses related to border education, cultural diversity, bilingualism, language support, inclusive pedagogical practices, and educational policies. The results demonstrate that border schools face challenges related to the appreciation of different cultures, the support of students with diverse linguistic backgrounds, teacher training, and the need for institutional policies suited to the specific characteristics of these territories. It is verified that the construction of an inclusive school depends on intercultural pedagogical practices, the recognition of students' identities, and the development of collective actions involving school administrators, teachers, families, and the community. It is concluded that education in border regions needs to overcome homogeneous teaching models and promote an educational process based on respect for differences, ensuring the right to learning and strengthening the participation of all students in the school environment.

Keywords: border education; cultural diversity; linguistic diversity; school inclusion; pedagogical practices.

1 INTRODUÇÃO

As regiões de fronteira constituem espaços sociais complexos, caracterizados pela presença de diferentes culturas, identidades, línguas e formas de organização da vida cotidiana. Esses territórios não devem ser compreendidos apenas como limites geográficos estabelecidos entre países, mas como espaços de circulação, interação e construção de

relações sociais entre diferentes povos. Nesse contexto, a escola inserida em uma região de fronteira assume características próprias, pois recebe estudantes com diferentes trajetórias culturais, linguísticas e sociais, tornando necessária a construção de práticas educativas capazes de reconhecer e valorizar essa diversidade presente no ambiente escolar (Martti et al., 2022).

A cultura escolar nas regiões fronteiriças é constituída a partir das relações estabelecidas entre estudantes, professores, famílias e comunidade, sendo influenciada diretamente pelas características socioculturais do território em que está inserida. Dessa forma, o cotidiano escolar nesses espaços é marcado por encontros entre diferentes formas de compreender o mundo, diferentes costumes, valores e experiências de vida. Essa realidade exige que a escola fronteiriça, marcada pela convivência diária entre estudantes de dois países, muitos em deslocamento pendular ou de passagem e portadores de identidades híbridas nem sempre reconhecidas pelas categorias nacionais da instituição, desenvolva práticas pedagógicas sensíveis às especificidades locais, superando modelos educacionais homogêneos e construindo propostas que considerem a pluralidade cultural como elemento formador do processo educativo (Martti et al., 2022).

Além disso, as relações estabelecidas nas regiões fronteiriças demonstram a necessidade de ampliar a cooperação entre instituições e comunidades, desenvolvendo projetos educacionais que ultrapassem os limites territoriais. A escola pode atuar como espaço de integração social e cultural, promovendo experiências educativas baseadas no diálogo, na colaboração e no reconhecimento das diferentes identidades presentes nesses territórios. Dessa forma, a fronteira deixa de ser compreendida apenas como separação e passa a ser vista como um espaço de produção de conhecimentos e possibilidades educativas (Berger; Martins; Rodrigues, 2023).

Diante desse cenário, este estudo tem como tema as implicações da educação em escolas de fronteira diante da diversidade cultural e linguística presente nesses territórios. A pesquisa delimita-se à análise

dos desafios e possibilidades relacionados à construção de uma escola inclusiva em regiões fronteiriças, considerando os aspectos culturais, linguísticos, pedagógicos e institucionais que influenciam o processo educativo.

A problemática que orienta esta pesquisa consiste na seguinte questão: como as escolas localizadas em regiões de fronteira podem desenvolver práticas pedagógicas e institucionais capazes de promover uma educação inclusiva, considerando a diversidade cultural e linguística presente nesses espaços?

Para responder a essa questão, o objetivo geral deste estudo é analisar as implicações da educação em escolas de fronteira, considerando os desafios e as possibilidades de ordem cultural, linguística, pedagógica e institucional envolvidos na construção de uma escola inclusiva.

Como objetivos específicos, busca-se: compreender as características da educação em regiões de fronteira e sua relação com a diversidade cultural; analisar as implicações linguísticas presentes no contexto escolar fronteiriço; discutir os desafios pedagógicos enfrentados pelos profissionais da educação nesses territórios; e refletir sobre as ações institucionais necessárias para a construção de escolas inclusivas e comprometidas com a valorização das diferenças culturais e linguísticas.

A relevância desta pesquisa está relacionada à necessidade de ampliar as discussões sobre a educação em territórios fronteiriços, considerando que essas regiões apresentam realidades específicas que demandam políticas educacionais e práticas escolares diferenciadas. Ao investigar os aspectos culturais, linguísticos, pedagógicos e institucionais envolvidos nesse contexto, o estudo contribui para a reflexão sobre caminhos possíveis para uma educação mais inclusiva, democrática e comprometida com a valorização da diversidade.

Dessa forma, compreender a educação em regiões de fronteira significa reconhecer esses territórios como espaços de interação, diversidade e construção coletiva de conhecimentos. A escola, nesse contexto, possui papel fundamental na promoção do respeito às

diferenças, no fortalecimento das identidades culturais e na garantia do direito à educação para todos os estudantes, independentemente de sua origem, língua ou trajetória social.

Para sustentar essa análise, o estudo apoia-se em autores que discutem a interculturalidade, a diversidade linguística e a inclusão escolar. Candau (2008, 2011) e Candau e Russo (2010) fundamentam a crítica à lógica homogeneizadora da cultura escolar; Bagno (2007) embasa a discussão sobre variação e preconceito linguístico; Lemos (2020) e Silva Lira e Parada (2025) subsidiam a abordagem do bilinguismo e da alternância de códigos; Nicoloso Brito (2025) e Bueno e Santos (2023) sustentam a discussão sobre políticas educacionais; e Berger, Martins e Rodrigues (2023) contribuem com a perspectiva dos projetos educacionais transfronteiriços.

Quanto à sua organização, além desta introdução, o artigo apresenta a metodologia, os resultados e a discussão e as considerações finais. O referencial teórico estrutura-se em quatro eixos, que discutem, sucessivamente, a educação nas regiões de fronteira e as políticas educacionais, as implicações linguísticas, as implicações pedagógicas e as implicações institucionais para a construção de uma escola inclusiva.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação nas regiões de fronteira: diversidade cultural e políticas educacionais

As áreas de fronteira são regiões marcadas por fluxos e movimentos de pessoas, línguas, culturas e identidades, o que faz com que dentro das escolas convivam realidades sociais e culturais diversas. Diante disso, a educação se encontra inserida nesse movimento, sendo seu papel não apenas a transmissão de saberes, mas também o desafio de buscar estratégias e práticas pedagógicas que possam incluir e valorizar a diversidade no ambiente escolar. Desse modo, compreender o que é educação para a região de fronteira demanda uma análise que considere não apenas as especificidades e singularidades socioculturais dessa região, mas também as políticas públicas que visem garantir o direito à

educação. Diferentemente de outros contextos igualmente diversos, o que particulariza esses territórios é a coexistência de dois sistemas nacionais de ensino, de línguas oficiais distintas e de fluxos pendulares de estudantes que atravessam a fronteira diariamente, o que impõe à escola desafios específicos de matrícula, permanência e reconhecimento de trajetórias transnacionais (Martti et al., 2022).

Ao analisar a cultura escolar em fronteira, Martti et al. (2022) apontam que as instituições de ensino, no seu cotidiano, convivem com estudantes que trazem em seu repertório experiências culturais, linguísticas e sociais variadas. As autoras do estudo defendem que essa pluralidade deve ser entendida como uma característica que faz parte do contexto do processo de ensino e não deve ser vista como algo que atrapalha o aprendizado. Segundo elas, isso se alinha ao entendimento de que é preciso instituir nas escolas práticas pedagógicas que possam dialogar com a realidade dos estudantes, favorecendo o respeito as diferenças. Apesar disso, as autoras destacam que tal compreensão, muitas vezes, não se materializa de forma satisfatória, uma vez que essas instituições costumam construir práticas que privilegiam uma cultura entendida como hegemônica, desvalorizando as identidades das fronteiras. Entre os desafios mais próprios dessas escolas, destacam-se a permanência de estudantes que estão de passagem ou em trânsito constante, a construção de identidades híbridas alheias às fronteiras geopolíticas e a superação de estigmas atribuídos a essas crianças por parte da população local (Martti et al., 2022).

Essa crítica à cultura escolar hegemônica dialoga com a proposta de Candau (2008, p. 9), para quem cabe à escola intercultural:

Reconstruir o que consideramos comum a todos e todas, garantindo que nele os diferentes sujeitos socioculturais se reconheçam, assegurando, assim, que a igualdade se explicita nas diferenças que são assumidas como referência comum, rompendo, dessa forma, com o caráter monocultural da cultura escolar.

Quanto a esta questão é pertinente mencionar a pesquisa conduzida por Zaim-de-Melo e Duarte (2025). Esses autores pesquisaram a realidade de crianças moradoras da área da fronteira de Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia). Trata-se de crianças cujo cotidiano é

atravessado por experiências transfronteiriças. No entanto, essas crianças nem sempre têm suas trajetórias transfronteiriças reconhecidas pela escola. Zaim-de-Melo e Duarte (2025) sugerem que isso complica o desenvolvimento dos métodos que são destinados a suprir necessidades específicas dessa população de alunos. Em contraste com Martti et al. (2022), que mencionam benefícios e oportunidades educacionais trazidas pelas diferenças, Zaim-de-Melo e Duarte (2025) se concentram na análise de desigualdade na educação quando a escola não leva em conta as características dos estudantes localizados na área de fronteira, especialmente na fronteira entre Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia). Assim, uma vez mais, os autores concordam com o tema de diversidade, mas discordam em termos de ênfase: a análise é sobre os benefícios de práticas educacionais na frente ou, pelo contrário, seu efeito prejudicial se isso não é.

Além do tema cultural, o exercício do direito à educação nos espaços de fronteira é estreitamente associado à presença do Estado, a partir de políticas públicas que sejam condizentes com as especificidades desses espaços. Para Nicoloso Brito (2025), embora a Constituição Federal assegure o direito à educação a todas as pessoas, em território de fronteira ainda há dificuldades referentes ao acesso, à permanência e à efetivação de uma educação de qualidade. A autora mostra que, entre o que é estabelecido no discurso das leis e o que ocorre nas práticas escolares, há questões estruturais que precisam de uma maior integração entre as esferas do poder público. Assim, a garantia do direito à educação deve ultrapassar os parâmetros legais, sendo necessário implementar políticas que contemplem as especificidades sociais, culturais e geográficas das populações de fronteira (Nicoloso Brito, 2025).

Nessa direção, articular o direito à educação e o reconhecimento das diferenças exige, conforme Candau (2008, p. 9):

a articulação entre igualdade e diferença no nível das políticas educativas, assim como das práticas pedagógicas. Essa preocupação supõe o reconhecimento e a valorização das diferenças culturais, dos diversos saberes e práticas e a afirmação de sua relação com o direito à educação de todos/as.

Essa perspectiva, por sua vez, é problematizada por Bueno e Santos (2023), que se debruçam sobre os Planos de Educação redigidos para as áreas de fronteira. Os autores chamam atenção ao fato de que, mesmo considerando os documentos algumas dificuldades específicas que influenciam a educação para o espaço, as restrições para desenvolver ações e estratégias eficazes na busca de respostas para as demandas das realidades locais ainda permanecem. Os autores demonstraram que há uma certa desconexão entre a concepção das políticas de direito à educação e a prática cotidiana das escolas localizadas em espaços de fronteira, o que dificulta a efetivação de iniciativas e práticas inovadoras. Assim, enquanto Nicoloso Brito (2025) alerta para a abordagem jurídica do direito à educação, Bueno e Santos (2023) apontam para a discussão da efetivação das políticas públicas e demonstram que uma simples previsão normativa não resulta em alterações nos modos práticos da educação.

No plano das políticas específicas, além das garantias gerais da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, destacam-se iniciativas voltadas ao contexto fronteiriço, como o Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF), instituído pela Portaria MEC nº 798/2012 (BRASIL, 2012), desenvolvido no âmbito do Mercosul Educacional, que buscou promover o intercâmbio entre escolas de países vizinhos e o ensino bilíngue português-espanhol. Os Planos de Educação analisados por Bueno e Santos (2023) também integram essa política, embora, como apontam as autoras, apresentem limitações na definição de estratégias concretas para as realidades locais.

2.2 Implicações linguísticas no contexto escolar fronteiriço

A situação linguística em regiões de fronteira é formada pela presença de uma multiplicidade de línguas, dialetos e registros em decorrência do movimento migratório de povos e também em função das relações sociais previstas entre os países contíguos. Nesse contexto, as escolas se tornam locais que abrigam pessoas que têm diferentes formas de se expressar, por isso, ensinar e ser ensinado exigem abordagens que

contemplem essa diversidade linguística como parte do ambiente educacional. Assim, pensar os efeitos linguísticos em uma escola de fronteira se refere à relação que a língua estabelece com o processo de ensino e aprendizagem, formação de identidade e inclusão das e dos estudantes e aos caminhos e práticas que devem ser promovidos para garantir uma educação com e a partir dessa diversidade (Dalinghaus, 2013). Ao abordar a questão da relação entre linguagem e identidade nas zonas de contato, Dalinghaus (2013) demonstra que as variações linguísticas são parte intrínseca da experiência de aprendizagem dos estudantes. A autora menciona que as práticas pedagógicas devem transcender uma visão monolítica de linguagem, reconhecendo que os diferentes modos de expressão fazem parte da realidade dos alunos. Tal perspectiva reforça que a valorização das múltiplas identidades linguísticas promove a inclusão dos estudantes e uma maior sensação de pertencimento à comunidade escolar. No entanto, a pesquisadora também salienta que muitas instituições ainda enfrentam desafios em integrar a diversidade em suas práticas, sustentando abordagens que reforcem modelos de ensino centrados em uma única norma linguística (Dalinghaus, 2013).

No contexto fronteiriço, essa valorização das línguas maternas aproxima-se da perspectiva intercultural de Candau e Russo (2010, p. 7), para quem:

o bilinguismo deixa de ser visto apenas como estratégia de transição ou meio para manutenção de uma cultura ameaçada, para ser inserido em um discurso mais amplo, onde a perspectiva intercultural pressiona o modelo escolar clássico e inclui nela não apenas diferentes línguas, mas, sobretudo, diferentes culturas.

Essa leitura se alinha com as reflexões de Lemos (2020), que investiga o bilinguismo de fronteira e o fenômeno da alternância de códigos entre jovens venezuelanos que estão aprendendo português brasileiro. O autor aponta que a troca de idiomas é parte integral da comunicação diária desses estudantes e serve como uma estratégia natural para a interação e aprendizado. Sob essa visão, a alternância de códigos não deve ser vista como um problema linguístico, mas como uma ferramenta que os alunos utilizam para elaborar significados durante seu

processo educacional. Assim, o estudo de Lemos (2020) complementa a pesquisa de Dalinghaus (2013), ao mostrar que a valorização das práticas bilíngues pode facilitar a inclusão nas escolas e ajudar no avanço da aprendizagem.

Essa compreensão é também apoiada por Da Silva Lira e Parada (2025), que examinam o code-switching (alternância entre duas línguas em uma mesma situação de comunicação) na área limítrofe entre o Brasil e a Bolívia. As autoras sustentam que a troca de línguas é uma característica intrínseca à dinâmica sociolinguística das zonas de fronteira e, por isso, não pode ser considerada apenas um obstáculo no ambiente escolar. Ao contrário de perspectivas que ligam essa prática a dificuldades no aprendizado, as pesquisadoras argumentam que ela pode servir como uma ferramenta pedagógica, desde que os docentes estejam aptos a compreender as particularidades do contexto linguístico dos alunos. Assim, há uma sinergia entre os estudos de Lemos (2020) e Da Silva Lira e Parada (2025), uma vez que ambos reconhecem o code-switching como parte das vivências linguísticas dos estudantes. A distinção se encontra no enfoque das análises: enquanto Lemos (2020) se dedica à aquisição do português por crianças venezuelanas, Da Silva Lira e Parada (2025) expandem a discussão ao destacar os desafios sociolinguísticos e as oportunidades educacionais resultantes desse fenômeno.

Ao reconhecer o repertório linguístico dos estudantes fronteiriços, a escola assume o papel descrito por Candau (2011, p. 14):

A escola tem um papel importante na perspectiva de reconhecer, valorizar e empoderar sujeitos socioculturais subalternizados e negados. E esta tarefa passa por processos de diálogo entre diferentes conhecimentos e saberes, a utilização de pluralidade de linguagens, estratégias pedagógicas e recursos didáticos, a promoção de dispositivos de diferenciação pedagógica e o combate a toda forma de preconceito e discriminação no contexto escolar.

Além das atividades de linguagem realizadas em sala, a recepção dos alunos é fundamental para criar uma educação que seja inclusiva em áreas de fronteira. Segundo Silva e Berger (2025), a criação de políticas

linguísticas no contexto educacional é crucial para assegurar que estudantes de variadas origens linguísticas possam participar ativamente na escola. As pesquisadoras afirmam que o acolhimento linguístico vai além da simples adaptação à língua portuguesa, pois também envolve o respeito e a valorização do idioma natal dos alunos. Dessa forma, o desenvolvimento de políticas linguísticas não apenas potencializa a aprendizagem, mas também promove a continuidade e a inclusão desses alunos nas instituições de ensino.

Segundo Bagno (2007), a linguagem é marcada por diferentes variedades linguísticas, que refletem aspectos históricos, culturais, sociais e regionais dos seus falantes. Nesse sentido, o autor argumenta que o preconceito linguístico surge quando determinadas formas de expressão são consideradas inferiores em relação à norma-padrão, desvalorizando os indivíduos que as utilizam. Assim, a escola desempenha um papel fundamental na promoção do respeito à diversidade linguística, reconhecendo as diferentes formas de uso da língua e, ao mesmo tempo, ensinando a norma-padrão para os contextos em que ela é socialmente exigida. Nessa direção, Bortoni-Ricardo (2004, 2005) defende que o ensino da língua materna deve partir do repertório sociolinguístico que o estudante já domina, conduzindo-o à norma-padrão sem desvalorizar as variedades de origem e sem tratar os usos não padrão como erro.

2.3 Implicações pedagógicas na educação em escolas de fronteira

Ao avaliar a cultura escolar em uma área de fronteira, Martti et al. (2022) destacam que as metodologias de ensino ainda enfrentam desafios para integrar a diversidade do ambiente escolar. As autoras notam que, mesmo com a presença de alunos de diversas origens culturais e linguísticas, essas diferenças nem sempre são levadas em conta no planejamento das atividades educativas. Assim, elas argumentam que a valorização das vivências dos alunos é fundamental para desenvolver um processo de ensino mais relevante, fazendo com que o currículo esteja mais em sintonia com as realidades das comunidades de fronteira. Essa visão mostra que a aceitação da diversidade vai além de uma questão

cultural, servindo também como um princípio pedagógico que pode facilitar a aprendizagem.

Essa dificuldade de incorporar a diversidade ao planejamento pedagógico relaciona-se à lógica homogeneizadora apontada por Candau (2011, p. 14):

A lógica homogeneizadora, por sua vez, é identificada como predominante na cultura escolar e reforça esta perspectiva. Cabe à escola viabilizar a superação das diferenças e garantir o padrão comum estabelecido para todos e todas. No entanto, este padrão não é, em geral, posto em questão, problematizado, desconstruído e reconstruído no sentido de incorporar em sua própria concepção o reconhecimento das diferenças.

O mesmo se alinha com as considerações de Candau (2012), que sustenta que a educação intercultural, entendida como a proposta pedagógica que promove o diálogo entre diferentes culturas e o reconhecimento mútuo das identidades, pode servir como uma solução para enfrentar os desafios criados por sociedades cada vez mais diversas. A autora afirma que a globalização tem fortalecido a mobilidade das pessoas e aumentado a interação entre variadas culturas, fazendo com que seja vital o desenvolvimento de práticas educacionais baseadas no diálogo e no reconhecimento da diversidade. Mesmo que a pesquisa de Candau (2012) tenha uma perspectiva mais abrangente sobre educação intercultural, suas ideias complementam as análises de Martti et al. (2022), ao enfatizar que as instituições de ensino devem adotar uma postura que favoreça a convivência entre distintas identidades culturais, principalmente em áreas de fronteira, onde essas interações ocorrem com mais frequência.

Além da variedade cultural e linguística, as instituições de ensino localizadas em áreas fronteiriças enfrentam a dificuldade de assegurar uma educação inclusiva para alunos com necessidades educacionais específicas. Nesse contexto, Pinto e Santana (2020) investigam as abordagens pedagógicas adotadas por professoras em escolas de fronteira, destacando que a inclusão escolar se torna ainda mais desafiadora quando se considera as distinções culturais, linguísticas e educacionais. As autoras ressaltam que os educadores precisam integrar

métodos de ensino voltados para a educação especial com abordagens que atendam alunos de diferentes realidades socioculturais. Essa análise expande a discussão feita por Martti et al. (2022), ao evidenciar que as adaptações necessárias nas práticas pedagógicas em regiões fronteiriças não se restringem às diferenças culturais, mas também envolvem a garantia do direito à educação para todos os alunos, independentemente de suas circunstâncias individuais.

As práticas pedagógicas inclusivas também são influenciadas pela criação de políticas linguísticas que promovam a acolhida dos alunos. Segundo Silva e Berger (2025), a acolhida linguística é uma estratégia pedagógica fundamental para facilitar a integração de estudantes que chegam às escolas nas fronteiras, trazendo diversos repertórios. As autoras destacam que a valorização da língua materna dos alunos ajuda a eliminar obstáculos no aprendizado e reforça a conexão entre a instituição de ensino, as famílias e a sociedade. Essa visão complementa as ideias de Pinto e Santana (2020), pois evidencia que a inclusão nas escolas não se limita apenas a ajustes curriculares, mas abrange também a valorização das diversas formas de comunicação presentes no contexto educacional.

Santos (2026) ressalta que os jovens migrantes muitas vezes enfrentam dificuldades relacionadas à adaptação social, cultural e em relação à língua, o que requer das instituições educacionais uma abordagem pedagógica que leve em consideração suas histórias de vida. O autor argumenta que a educação deve levar em conta as vivências anteriores desses alunos, evitando estratégias que reforcem a exclusão ou a falta de visibilidade. Nesse sentido, suas análises se conectam diretamente com Silva e Berger (2025), ao reconhecer que a acolhida abrange não apenas aspectos linguísticos, mas também a valorização das identidades culturais e das experiências adquiridas ao longo das jornadas migratórias.

Segundo Soares (2004), a alfabetização e o letramento constituem processos complementares que devem ocorrer de forma integrada, possibilitando ao estudante não apenas a apropriação do sistema de

escrita, mas também a participação nas práticas sociais de leitura e escrita. Essa compreensão torna-se ainda mais relevante no contexto escolar fronteiriço, onde a diversidade linguística e cultural exige práticas pedagógicas que reconheçam os diferentes repertórios linguísticos dos estudantes. Nessa perspectiva, o trabalho docente deve considerar as especificidades do contexto sociocultural dos alunos, promovendo estratégias de ensino que valorizem a diversidade linguística sem comprometer o desenvolvimento da norma-padrão, contribuindo para uma educação mais inclusiva, equitativa e significativa.

2.4 Implicações institucionais para a construção de uma escola inclusiva em regiões de fronteira

O estabelecimento de uma escola inclusiva nas áreas fronteiriças não se baseia apenas nas práticas aplicadas em sala de aula, mas também na intervenção das entidades (gestão escolar, redes de ensino e órgãos públicos responsáveis pela política educacional) e na aplicação de políticas educacionais aptas a atender às particularidades desses locais. As particularidades socioculturais e linguísticas encontradas em regiões fronteiriças requerem que os sistemas educacionais implementem estratégias institucionais focadas na proteção do direito à educação, no reforço da inclusão e na valorização da diversidade como componente essencial do ambiente escolar. Neste cenário, as entidades educacionais desempenham um papel crucial na criação de condições que promovam o acesso, a permanência e o aprendizado de todos os alunos (Nicoloso Brito, 2025).

Ao debater a implementação do direito à educação nas áreas fronteiriças, Nicoloso Brito (2025) sustenta que a garantia constitucional desse direito ainda se depara com barreiras ligadas às disparidades estruturais existentes nesses locais. A escritora salienta que a discrepância entre as leis e a realidade das instituições de ensino evidencia a necessidade de uma maior integração entre políticas governamentais, administração educacional e iniciativas institucionais.

Nessa visão, a inclusão escolar não deve ser vista apenas como um dever do docente, mas como um compromisso de toda a instituição educacional, que inclui planejamento, estrutura administrativa e investimentos para satisfazer as diversas necessidades da comunidade escolar.

Esta interpretação está em concordância com Martti et al. (2022), que examinam a cultura escolar em um cenário de fronteira e mostram que a estrutura institucional afeta diretamente as práticas de ensino aplicadas nas instituições de ensino. As escritoras argumentam que a valorização da diversidade cultural requer a criação de um ambiente educacional que valorize as vivências dos alunos e promova relações mais inclusivas entre docentes, administradores e a comunidade. Assim, Nicoloso Brito (2025) destaca a importância de assegurar o direito à educação através de políticas públicas, enquanto Martti et al. (2022) concentram a análise no dia a dia das instituições de ensino, mostrando que a concretização desse direito também está atrelada às práticas organizacionais implementadas pelas escolas. Portanto, as pesquisas oferecem visões complementares ao conectar os elementos legais à realidade institucional.

Bueno e Santos (2023) analisam os Planos de Educação voltados à Educação Básica nesses territórios e identificam que, embora os documentos reconheçam parte dos desafios enfrentados pelas escolas, ainda apresentam limitações quanto à definição de estratégias concretas para sua implementação. As autoras evidenciam que existe um distanciamento entre o planejamento das políticas públicas e as necessidades vivenciadas pelas instituições escolares, comprometendo a efetividade das ações voltadas à inclusão. Essa análise converge com as reflexões de Nicoloso Brito (2025), ao demonstrar que a garantia legal do direito à educação precisa ser acompanhada por políticas públicas efetivamente implementadas nas escolas.

Logo, Zaim-de-Melo e Duarte (2025) demonstram que muitas crianças permanecem invisibilizadas nas práticas escolares, uma vez que suas experiências culturais e sociais nem sempre são reconhecidas pelas instituições de ensino. Os autores defendem que superar essa

invisibilidade exige mudanças institucionais capazes de promover o reconhecimento das identidades fronteiriças no cotidiano escolar. Essa perspectiva complementa os estudos de Silva e Berger (2025), pois evidencia que o acolhimento institucional não envolve apenas a dimensão linguística, mas também o reconhecimento das trajetórias de vida e das experiências culturais dos estudantes.

Além das transformações internas das escolas, Berger, Martins e Rodrigues (2023) destacam que a construção de uma educação inclusiva nas regiões de fronteira depende da cooperação entre diferentes instituições e sistemas educacionais. Os autores defendem o desenvolvimento de projetos educacionais transfronteiriços que favoreçam o intercâmbio de experiências, a valorização do plurilinguismo e o fortalecimento das relações entre escolas localizadas em países vizinhos. Diferentemente das abordagens voltadas à organização interna das instituições, Berger, Martins e Rodrigues (2023) ampliam o debate ao demonstrar que a inclusão escolar também pode ser fortalecida por meio de ações articuladas entre diferentes redes de ensino, reconhecendo que os desafios educacionais das regiões de fronteira ultrapassam os limites administrativos de cada país.

Segundo Rojo (2012), a pedagogia dos multiletramentos propõe uma educação que reconheça a diversidade cultural e linguística presente na sociedade contemporânea, incorporando diferentes linguagens, mídias e formas de comunicação ao processo de ensino e aprendizagem. No contexto escolar fronteiriço, essa perspectiva torna-se especialmente relevante, pois os estudantes convivem com múltiplos idiomas, culturas e práticas sociais que influenciam suas formas de interação e construção do conhecimento. Assim, as implicações pedagógicas envolvem a adoção de metodologias que valorizem os diferentes repertórios linguísticos e culturais dos alunos; as implicações linguísticas referem-se ao reconhecimento da pluralidade de usos da linguagem; e as implicações institucionais dizem respeito à necessidade de políticas e práticas escolares que promovam uma educação inclusiva, intercultural e alinhada às demandas da sociedade contemporânea.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de um estudo bibliográfico com uma abordagem qualitativa, desenvolvido com o objetivo de analisar produções científicas sobre educação em regiões de fronteira, explorando aspectos culturais, linguísticos, pedagógicos e institucionais. A pesquisa bibliográfica reúne e interpreta o conhecimento existente sobre o tema, facilitando uma análise crítica com base na literatura científica. Conforme apontam Sousa, Oliveira e Alves (2021), esse tipo de investigação permite que os pesquisadores se familiarizem com diferentes produções acadêmicas, enriquecendo a compreensão do objeto de estudo por meio de diversas perspectivas teóricas.

O levantamento bibliográfico foi realizado em julho de 2026, começando com o uso do Google Acadêmico como ferramenta de busca. A partir dos dados coletados, foram consultadas produções disponíveis em bases de dados e repositórios científicos como a SciELO. Para a busca, foram utilizados descritores isolados e combinados, como "educação em regiões de fronteira", "escolas de fronteira", "diversidade cultural", "educação intercultural", "acolhimento linguístico", "bilinguismo", "code-switching", "políticas educacionais em regiões de fronteira" e "inclusão escolar". Esses termos foram associados com os operadores booleanos AND e OR para expandir ou refinar os resultados conforme os objetivos da pesquisa.

O critério principal para a inclusão dos trabalhos foi que fossem publicados entre 2019 e 2026, estivessem disponíveis na íntegra e estivessem diretamente relacionados ao tema central da pesquisa. No entanto, obras publicadas entre 2008 e 2012 também foram consideradas, por serem referências teóricas essenciais para discussões sobre interculturalidade, diversidade cultural e inclusão educacional, enriquecendo o referencial teórico. Foram excluídos do estudo trabalhos duplicados, sem relação direta com a temática, publicações sem texto completo e materiais que não atendiam os objetivos da pesquisa.

Na etapa inicial da busca, 23 produções científicas foram identificadas. Após a análise dos títulos, resumos e palavras-chave, foi feita uma seleção quanto à pertinência dos estudos com os objetivos da pesquisa. No final deste processo, 18 estudos foram incluídos no corpus de análise por oferecerem reflexões pertinentes sobre a educação em regiões de fronteira.

A análise dos estudos foi realizada utilizando a Análise de Conteúdo na modalidade temática proposta por Bardin (2016). Este método envolveu as etapas de pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados, permitindo identificar categorias, relações e diferentes perspectivas presentes na literatura analisada. O uso desta abordagem permitiu identificar semelhanças, diferenças e complementaridades entre os autores, conduzindo a uma interpretação crítica dos estudos selecionados.

Os resultados deste processo analítico foram organizados em quatro categorias temáticas: (i) educação nas regiões de fronteira: diversidade cultural e políticas educacionais; (ii) implicações linguísticas no contexto escolar fronteiriço; (iii) implicações pedagógicas na educação em escolas de fronteira; e (iv) implicações institucionais na construção de uma escola inclusiva em regiões de fronteira. Essa organização possibilitou uma compreensão integrada de como as diferentes pesquisas analisam os desafios e as possibilidades da educação em contextos fronteiriços, destacando pontos de convergência, divergência e complementaridade entre as produções científicas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos mostraram que a diversidade cultural é uma das principais características das escolas em regiões de fronteira, destacando que a convivência entre estudantes de diferentes nacionalidades, culturas e identidades requer práticas educacionais que valorizem a interculturalidade e promovam o respeito às diferenças. Nesse sentido, Martti et al. (2022) e Candau (2008) defendem que a diversidade deve ser

vista como parte integrante do ambiente escolar, ao invés de um obstáculo ao processo educativo. No entanto, Zaim-de-Melo e Duarte (2025) indicam que, apesar desse reconhecimento teórico, ainda ocorrem processos de invisibilização de crianças fronteiriças, o que evidencia que a valorização da diversidade nem sempre se traduz na prática escolar.

As pesquisas também destacam o papel crucial das políticas públicas na garantia do direito à educação. Nicoloso Brito (2025) examina os desafios para efetivar esse direito nas regiões de fronteira, enquanto Bueno e Santos (2023) mostram que os Planos de Educação apresentam limitações para atender às demandas específicas desses territórios. Esses resultados sugerem que construir uma educação inclusiva depende tanto do reconhecimento da diversidade cultural quanto da implementação de políticas educacionais que satisfaçam as especificidades das populações fronteiriças.

A análise da literatura destacou que a diversidade linguística é uma particularidade marcante das escolas de fronteira. Os estudos apontam que o contato constante entre diferentes línguas influencia os processos de ensino, aprendizagem e formação das identidades dos estudantes. Dalinghaus (2013) enfatiza que valorizar as diferentes formas de expressão linguística fortalece o sentimento de pertencimento dos alunos. Lemos (2020) e Da Silva Lira e Parada (2025) reconhecem o code-switching como uma prática natural em contextos bilíngues, propondo que essa característica seja incorporada ao trabalho pedagógico, transformando-a de uma possível dificuldade de aprendizagem em um recurso para melhorar a comunicação e o desenvolvimento escolar.

Silva e Berger (2025) mostram que reconhecer e valorizar a língua de origem dos estudantes ajuda a reduzir barreiras educacionais e fortalecer a permanência escolar. Em conjunto, os estudos indicam que o reconhecimento da pluralidade linguística é essencial para uma educação voltada para a equidade e o respeito às diferenças.

No campo pedagógico, os estudos indicam que as práticas docentes devem ser constantemente ajustadas às especificidades culturais, linguísticas e sociais das regiões de fronteira. Há consenso entre os

autores sobre a necessidade de metodologias que favoreçam a participação de todos os estudantes e valorizem seus distintos contextos de vida. Martti et al. (2022) e Candau (2012) defendem práticas baseadas na interculturalidade, enquanto Candau (2011) sugere ultrapassar modelos homogêneos de ensino. Pinto e Santana (2020) demonstram que os desafios aumentam quando se somam às necessidades da educação especial inclusiva, exigindo dos professores uma reorganização contínua das estratégias pedagógicas.

Silva e Berger (2025) e Santos (2026) também ampliam essa discussão ao destacar que o acolhimento linguístico e o reconhecimento das experiências migratórias também devem integrar as práticas pedagógicas inclusivas. Assim, os resultados mostram que a atuação docente nas escolas de fronteira requer formação contínua e desenvolvimento de competências voltadas para a educação intercultural.

De maneira geral, a revisão da literatura destaca que os desafios educacionais nas áreas de fronteira são complexos e interligados. Os estudos revisados mostram que a diversidade cultural, a pluralidade linguística, as práticas pedagógicas inclusivas e o fortalecimento institucional são dimensões que se complementam na construção de uma educação que garanta o direito à aprendizagem e respeite as especificidades dos contextos fronteiriços. Nesse contexto, é evidente que a concretização de uma escola inclusiva requer ações coordenadas entre políticas públicas, formação de professores e organização institucional, transformando a diversidade em um elemento essencial do processo educativo.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa possibilitou compreender que a educação em regiões de fronteira apresenta desafios e características próprias, principalmente em razão da diversidade cultural, linguística e social existente nesses territórios. Esses espaços, além de representarem limites geográficos entre diferentes países, constituem ambientes de

convivência, interação e construção de relações entre diferentes povos, tornando a escola um espaço marcado pela pluralidade de experiências, identidades e formas de compreender o mundo.

Foi possível identificar que as escolas localizadas em regiões de fronteira necessitam desenvolver práticas educativas capazes de reconhecer e valorizar as diferenças presentes no cotidiano escolar. A diversidade cultural não deve ser compreendida como um obstáculo ao processo de ensino e aprendizagem, mas como uma oportunidade para ampliar conhecimentos, fortalecer relações sociais e construir uma educação baseada no respeito e na inclusão.

Em relação aos aspectos linguísticos, observou-se que a presença de diferentes línguas e formas de comunicação constitui uma característica natural das comunidades fronteiriças. Nesse contexto, a escola possui o desafio de promover o acolhimento dos estudantes, garantindo que suas formas de expressão e suas identidades linguísticas sejam respeitadas. A valorização da diversidade linguística contribui para que os alunos desenvolvam maior participação no ambiente escolar e fortaleçam seu sentimento de pertencimento.

No campo pedagógico, verificou-se a importância da formação dos professores para atuação em contextos marcados pela diversidade cultural e linguística. O trabalho docente em escolas de fronteira exige metodologias flexíveis, práticas inclusivas e estratégias que considerem as diferentes formas de aprendizagem e as experiências trazidas pelos estudantes. Dessa maneira, o professor assume um papel essencial na construção de um ambiente escolar acolhedor, democrático e comprometido com a aprendizagem de todos.

Quanto às implicações institucionais, a pesquisa evidenciou que a construção de uma escola inclusiva depende de ações coletivas envolvendo gestão escolar, professores, famílias e comunidade. A instituição de ensino precisa desenvolver políticas internas, projetos educativos e estratégias de acolhimento que garantam não apenas o acesso dos estudantes à escola, mas também sua permanência, participação e desenvolvimento integral.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BERGER, Isis Ribeiro; MARTINS, Viviane Ferreira; RODRIGUES, Luana Ferreira. Cenas sociolinguísticas de fronteira: dos limites rumo a projetos educacionais transfronteiriços. **Temas & Matizes**, v. 17, n. 30, p. 18-48, 2023. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/32729>. Acesso em: 12 jul. 2026.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 798, de 19 de junho de 2012**. Institui o Programa Escolas Interculturais de Fronteira, que visa a promover a integração regional por meio da educação intercultural e bilíngue. Brasília, DF: MEC, 2012.
- BUENO, Mara Lucinéia Marques Correa; DOS SANTOS, Gabriela Pereira. Políticas educacionais para a Educação Básica em região de fronteira: a concepção dos Planos de Educação (2014-2024). **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 13, p. e023020, 2023. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/17584>. Acesso em: 12 jul. 2026.
- CANDAU, Vera Maria. Didática crítica intercultural: aproximações. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Didática crítica intercultural**: aproximações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 2, p. 240-255, jul./dez. 2011.
- CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-56, jan./abr. 2008.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.

DALINGHAUS, Ione Vier. **Cultura, hibridismo e ensino-aprendizagem em contexto fronteiriço**. Cadernos de Pós-Graduação em Letras, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 1-14, 2013.

LEMOS, David Sena. **Bilinguismo fronteiriço e o code-switching no espaço escolar**: aquisição/aprendizagem do português brasileiro (PB) por crianças venezuelanas. 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística e Línguas Inclusivas) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Araraquara, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/9da16936-f8ad-4c03-8be7-7fccd291560e>. Acesso em: 12 jul. 2026.

MARTTI, Fernanda Cristina Martins; SANTANA, Maria Luzia da Silva; OLIVEIRA, Natália Cristina. **Diversidade cultural em região fronteiriça**: sociologia da infância e educação escolar. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 17, n. esp. 2, p. 1356-1374, 2022. DOI: 10.21723/riaee.v17iesp.2.16989.

NICOLOSO BRITO, Ana Carolina. **A Constituição Federal e a efetivação do direito à educação nas regiões de fronteira**: desafios e perspectivas. Revista Foco, [S. l.], v. 18, n. 10, e10330, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n10-208.

PINTO, Raiane Paim; SANTANA, Maria Luzia da Silva. A educação especial inclusiva em contexto de diversidade cultural e linguística: práticas pedagógicas e desafios de professoras em escolas de fronteira. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 26, n. 3, p. 495-510, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/Vt9fXVCtsZDzD89RhtSfRds/>. Acesso em: 12 jul. 2026.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues; MOURA, Eduardo (org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SANTOS, Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos. **Crianças migrantes na educação básica brasileira**: uma reflexão urgente. Sobre Tudo, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 117-139, 2026.

SILVA, Larissa Arcanjo da; BERGER, Isis Ribeiro. **Acolhimento linguístico em instituições públicas de ensino em região de fronteira**: rumo a uma política linguística educacional. Prolíngua, João Pessoa, v. 20, n. 1, 2025.

SILVA LIRA, Fabiana da; PARADA, E. F. **Code-switching na fronteira Brasil-Bolívia**: desafios sociolinguísticos e o papel da educação. Revista de Estudos Acadêmicos de Letras, [S. l.], v. 18, n. 1, e12487, 2025.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, Monte Carmelo, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 12 jul. 2026.

ZAIM-DE-MELO, Rogério; DUARTE, Rosalia Maria. **A escola e as (in)visibilidades de crianças fronteiriças**: um estudo entre as cidades de Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia). Revista Tempos e Espaços em Educação, [S. l.], v. 18, n. 37, e23909, 2025. DOI: 10.20952/revtee.v18i37.23909.